

## A CONSTRUÇÃO DE SEQUÊNCIAS ARGUMENTATIVAS A PARTIR DO ENSINO DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Ana Virgínia Lima da Silva/UFCG  
Williany Miranda da Silva/UFCG

### I. Introdução

O presente estudo origina-se de uma ação didática que desenvolvemos na disciplina Língua Portuguesa em um curso pré-vestibular, o Pré-Vestibular Solidário. Tal curso funciona no Campus I da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-PB), no período noturno, com uma aula de cada disciplina por semana, de duração de uma hora e trinta minutos. O curso atende a alunos carentes. Seu corpo docente é composto por graduandos da UFCG e de outras instituições de ensino superior, que ministram aulas voluntariamente, segundo horário pré-estabelecido pela direção.

As aulas de Língua Portuguesa basearam-se na concepção de ensino sócio-interacionista, cujo planejamento de atividades ocorrem em forma de seqüências didáticas, compreendidas como um conjunto de procedimentos sistemáticos que visam auxiliar o aluno na utilização de um gênero que ele desconhece ou não é proficiente (cf. DOLZ et alli, 2004). Nesse sentido, elaboramos uma seqüência didática de produção do gênero artigo de opinião (doravante, AO), focalizando as condições de produção e a constituição tipológica do gênero. Da aplicação dessa seqüência didática resultou o nosso objeto de estudo: **produções textuais escritas** elaboradas por pré-vestibulandos.

Investigaremos nessas produções textuais a construção de seqüências argumentativas e sua relação com a funcionalidade do gênero AO. Uma investigação desse tipo justifica-se por tais seqüências agirem como elementos essenciais para o funcionamento sócio-comunicativo do AO, ou, como afirma Marcuschi (2000, p.21), as seqüências / tipos textuais constituem “um aspecto fundamental dos estudos lingüísticos porque representa uma estabilização de enunciados e textos sob vários aspectos, inclusive sintáticos e não apenas funcionais”. Além do mais, a construção de seqüências argumentativas é uma das competências predominantemente exigidas nas provas de produção textual de alguns vestibulares, já que há nessas provas uma tendência em propor gêneros caracterizados pela exposição de um ponto de vista.

Contudo, pesquisas como a de Lino (2005) apontam a existência de uma disparidade entre as competências requeridas nas provas de produção textual dos vestibulares e as demonstradas em um concurso desse tipo. Daí concluímos que a elaboração de seqüências argumentativas provavelmente não faz parte da realidade de ensino-aprendizagem vivenciada pelo candidato ao ingresso na universidade.

Portanto, após a elaboração de uma seqüência didática preocupada com o ensino de produção de seqüências argumentativas no gênero AO, duas questões são suscitadas: 1) Qual é a constituição das seqüências argumentativas em artigos de opinião produzidos em situações de ensino?; 2) Que tipo de relação há entre as seqüências argumentativas e as demais seqüências na produção desse gênero?

Referentes a essas questões, temos algumas hipóteses. Em primeiro lugar, há no interior das seqüências argumentativas a ausência de elementos lingüísticos que lhe são típicos ou a ausência de dados e argumentos necessários para a consistência argumentativa. Em outros casos, há elementos lingüísticos ou dados e argumentos que não mantêm relação com o conjunto da seqüência e, portanto, não permitem o funcionamento dessa seqüência como argumentativa. Por último, em relação às demais, algumas seqüências argumentativas apresentam-se de forma justaposta; outras, mesmo lingüisticamente relacionadas, não mantêm com os demais tipos uma relação discursiva, o que interfere na função sócio-comunicativa do AO.

Face aos questionamentos postos e as hipóteses a serem verificadas temos como objetivo geral: Contribuir para a reflexão acerca das ações didáticas que envolvem as seqüências tipológicas e os gêneros textuais e, como objetivos específicos: 1) Identificar os aspectos constitutivos das seqüências argumentativas em artigos de opinião; 2) Descrever a relação entre as seqüências argumentativas e as demais seqüências; 3) Analisar se essa relação contribui ou não para a funcionalidade do gênero artigo de opinião .

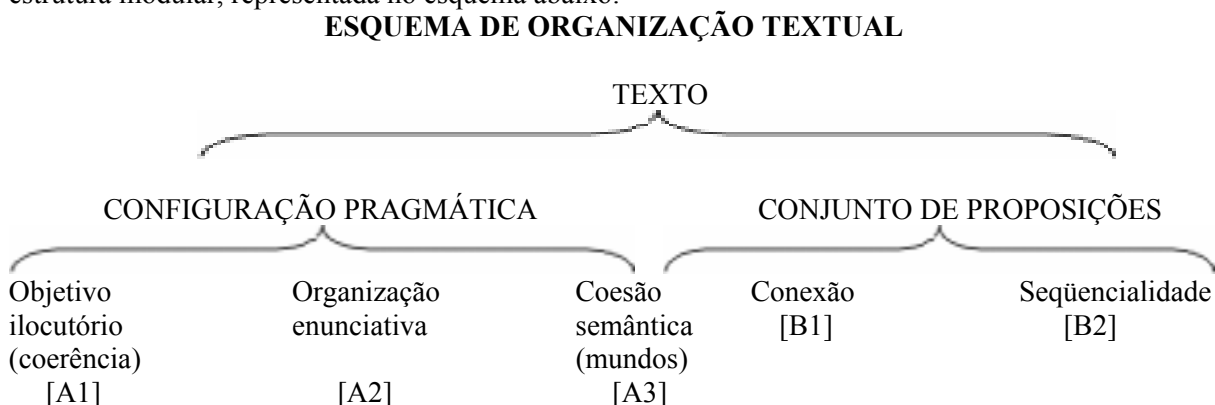
Para atingir os objetivos acima, nos basearemos na caracterização das seqüências argumentativas apresentada por Adam (1993), relacionando-a com teorias de texto e dos gêneros textuais (defendida por Bakhtin, 2003[1929]) e, mais particularmente, com a caracterização do AO por jornalistas e pesquisadores do gênero.

## II. Pressupostos teóricos

### 1. Para começo de conversa: noções de texto e de gênero

Não podemos falar em seqüências tipológicas sem antes definirmos o que é um **texto** (escrito). Do ponto de vista sociológico, o texto é uma atividade interativa a partir da qual os sujeitos participantes da atividade exercem influência uns sobre os outros. A Psicolinguística define o texto como o produto de um processo cognitivo representado por um esquema que compreende as seguintes etapas: *planejamento*, *tradução/construção* (o ato de escrever propriamente dito) e *revisão*, sendo tais etapas controladas pelo *monitor* (o sujeito-autor que, ao mesmo tempo que é um *Escritor Ativo*, é também um *Leitor Interno* do próprio texto. A Linguística Textual, por sua vez, define o texto como uma unidade lingüística uniforme e coerente, decomponível em partes inter-relacionadas.

Adam (op. cit., p. 20), define inicialmente o texto como uma *estrutura composta de seqüências*. No entanto, ele ressalta que o texto não se resume à estrutura seqüencial, pois tal estrutura é apenas um dos planos da organização textual. Adam (p. 21) propõe assim o texto como uma estrutura modular, representada no esquema abaixo:



A partir desse esquema, Adam (p. 21) conclui que o texto é *uma configuração regulada por diversos módulos ou sub-sistemas em constante interação*. Como vemos, o módulo A refere-se à organização pragmática do texto, enquanto o módulo B refere-se à seqüência de proposições que formam um discurso unificado, o que está ligado à definição de texto pela Linguística Textual.

A seqüencialidade proposicional do texto, juntamente com a configuração pragmática, constituem um conjunto de textos que possuem regularidades que lhe são comuns e geram o agrupamento desses textos em um número infinito de *tipos estáveis de enunciados*, denominados por Bakhtin (op. cit.) de *gêneros de texto*. Como declara Bronckart (1999), todo texto é construído a partir do modelo de um determinado gênero.

Se observarmos com atenção nosso cotidiano familiar e social, por exemplo, não é comum alguém nos solicitar ou solicitarmos a alguém que “escreva um texto”, mas sim que escreva uma carta ou e-mail a um parente ou amigo distante, um ofício a alguma empresa ou instituição, uma ata de reunião, etc. Mesmo na escola, não basta ao professor pedir ao aluno para “produzir um texto”. Se isso ocorrer, provavelmente o aluno indagará ao professor “o que / como escrever”. Portanto, produzimos gêneros textuais a partir de condições de produção específicas: a nossa posição de autor, o destinatário, o objetivo de produção, o local de circulação do texto (Bronckart, *idem*).

Os gêneros são agrupados com base em uma caracterização tripolar, apresentada por Bakhtin (op. cit.): conteúdo temático (assunto), estrutura composicional (organização estrutural) e estilo (linguagem). A estrutura composicional é geralmente constituída por tipos/seqüências textuais heterogêneos, havendo a predominância de um dos tipos em função do objetivo do gênero produzido.

## 2. Seqüências tipológicas: definições e classificações

Para Adam (op. cit.), os gêneros e sua estrutura composicional são a base das regularidades seqüenciais. Ou seja, a estrutura composicional de cada gênero é organizada pelas seqüências/ tipos textuais, segundo o objetivo da produção.

Mas, afinal, o que são seqüências tipológicas?

Adam considera-as como protótipos, modelos cognitivos preexistentes a sua materialização e capaz de gerá-las. Mais tarde, em obra publicada em 1999, o francês reafirma sua posição ao declarar que os tipos textuais são esquemas textuais constitutivos dos gêneros e mais complexos que os períodos, com os quais às vezes eles confundem-se.

Discordando de Adam, Bronckart (1999, p. 223) sugere que os protótipos não são modelos cognitivos *preexistentes*, mas “**construtos teóricos**, elaborados secundariamente a partir do exame das seqüências empiricamente observáveis nos textos”. E continua: “Se esses protótipos podem desempenhar um papel de *modelo* para o agente produtor de um texto, é apenas como generalização das diversas práticas panificadoras observáveis no intertexto”.

De acordo com o estudioso, as seqüências referem-se à reestruturação de um conteúdo temático que é organizado em macroproposições na mente do produtor.

Desse modo, Bronckart aproveita os pressupostos cognitivos de Adam, contudo, acrescenta à questão uma abordagem sócio-interacionista, ao declarar que a utilização do protótipo seqüencial observado no intertexto resulta de uma decisão do produtor, motivada por seus objetivos e representações dos destinatários. As seqüências possuem assim um *estatuto dialógico*, segundo Bronckart.

Da mesma forma que Bronckart, Schneuwly (2004, p. 37) considera as seqüências como “escolhas discursivas que se operam em níveis diversos de funcionamento psicológico de produção”.

A abordagem sócio-interacionista para as seqüências tipológicas é essencial, pois permite que a tipologia dos gêneros textuais seja observada á luz do seu contexto de produção e da sua função, não apenas da forma. Unida a essa abordagem, interessam-nos as definições de Adam (1993, p.28) para as seqüências, com as quais, inclusive, Bronckart concorda:

“- uma rede relacional hierárquica: grandeza decomposta em partes ligadas entre si e ao todo que constituem;  
- uma entidade relativamente autônoma, dotada de organização interna que lhe é própria e portanto em relação de dependência/ independência com o conjunto do qual faz parte” [ tradução nossa]

De acordo com Adam, dada a heterogeneidade de cada texto, as seqüências apresentam-se de forma singular e com diferenças em relação às outras, mas entre algumas há características (regularidades) que lhe são comuns, daí porque sua classificação modular: *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa*, *dialogal*. São essas regularidades que possibilitam o reconhecimento de uma dada seqüência como narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa ou dialogal. Cada uma dessas seqüências organiza-se em macroproposições, conforme abaixo:

- Seqüência narrativa:
  - 1) Situação inicial: descrição do local e das personagens;
  - 2) Complicação: ação que altera a situação inicial;
  - 3) (Re) ação ou evolução: ação motivada pela complicação;
  - 4) Resolução: acontecimento que resolve o conflito;
  - 5) Situação final: descrição de uma nova situação de equilíbrio;
  - 6) Moral (em alguns casos)
- Seqüência descritiva:
  - 1) Ancoragem: apresentação de um tema-título;
  - 2) Aspectualização: decomposição do tema-título em partes;
  - 3) Relação entre os elementos descritos;
  - 4) Reformulação: visualização geral do tema.
- Seqüência argumentativa:
  - 1) Dados: premissas / constatação inicial;

- 2) Argumentos: orientação para uma provável conclusão;
- 3) Contra-argumentos: restrição à orientação argumentativa;
- 4) Conclusão (ou nova tese), a partir dos dados e dos argumentos.
- Sequência explicativa:
  - 1) Apresentação do que será explicado;
  - 2) Problematização: norteadora da explicação;
  - 3) Resposta à questão: explicação propriamente dita;
  - 4) Conclusão-avaliação.
- Sequência dialogal: ocorre em situações dialogadas, onde há alternância de turnos entre dois interlocutores. Apresenta dois tipos de seqüências:
  - 1) fáticas: iniciam e encerram a interação;
  - 2) transacionais: a interação propriamente dita, onde há pergunta e resposta, comentário, acordo ou desacordo.

A classificação de Adam é retomada por Bronckart. Porém, ao tratar da base de organização das seqüências, esse prefere falar em *fases*, em vez de macroproposições. Ele observa também que a seqüência narrativa não apresenta necessariamente todos os tópicos demonstrados anteriormente. Em alguns casos, por exemplo, podem existir apenas a *situação inicial*, a *complicação* e a *resolução*. Em outros, a *complicação* e/ ou a *ação* podem ocorrer dentro de uma complicação ou ação maior. Em relação à seqüência descritiva, o teórico considera-a secundária, pois geralmente aparece encaixada a outras seqüências, em especial à narrativa.

Bronckart sugere, assim como Marcuschi (2002) e Bonini (2002), a existência de um outro tipo de seqüência: a *injuntiva*. Adam assemelha esse tipo à seqüência descritiva, pois também descreve ações, segundo ele. Discordando de Adam, tanto Bronckart, quanto Marcuschi e Bonini estabelecem a diferenciação entre o tipo descritivo e o tipo injuntivo, uma vez que, nesse último caso, o objetivo é conduzir o destinatário a uma tomada de ação, sendo marcada por verbos no imperativo e no infinitivo.

Além do mais, não só Marcuschi, como também Bonini, não consideram a existência da seqüência explicativa mencionam uma outra seqüência: a *expositiva*. Sem aprofundar a questão, ambos os autores caracterizam-na como um conjunto de enunciados parafraseados a partir de outros enunciados.

Por seu turno, Bronckart mantém a classificação da seqüência explicativa de Adam e acrescenta ainda um outro tipo de seqüência: a *monologal*, uma variante da seqüência dialogal em que apenas um produtor detém o turno da fala. Ora, mas se considerarmos a existência dessa seqüência, temos que todo texto, desde que não apresenta seqüência dialogal, é prototipicamente monologal. Isso nega o estatuto dialógico das seqüências, nega o fato de que a produção escrita é uma atividade interativa, planejada a partir das nossas representações acerca do destinatário.

Bronckart acrescenta ainda outras duas formas de planificação textual; o *script* e a *esquematização*. O script refere-se à narração em ordem cronológica, sem a base de organização da seqüência narrativa. A esquematização é o segmento puramente informativo ou expositivo, cujo conteúdo temático apresenta neutralidade. Assim como a seqüência monologal, nenhuma dessas duas formas de planificação se sustentam. Na narração de ordem cronológica, podemos encontrar o esquema simplificado da seqüência narrativa (situação inicial, ação, situação final), ou ao menos a ação, daí porque não podemos falar em script nesse caso. Quanto à esquematização, sua definição contraria o fato de que não há neutralidade na produção lingüística, uma vez que realizamos nossas escolhas textuais em função do nosso objetivo e essas escolhas marcam, portanto, nossa intencionalidade.

Em nossa análise, consideraremos a existência das seqüências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal.

Adotada essa classificação, é importante tratarmos dos modos como as seqüências aparecem nos textos. A bibliografia sobre o assunto ainda é restrita. Alguns pesquisadores, como Bronckart, mencionam esses modos, porém não detalha-os. Embora não discuta suficientemente a questão, Adam (1993) postula que as seqüências combinam-se nos textos entre si de forma hierárquica, podendo haver a combinação de seqüências do mesmo tipo. Dois são os modos de combinação seqüencial:

1) A inserção de seqüências heterogêneas ( *encaixamento hierárquico* para Bronckart): há uma seqüência inserante (predominante) que rege uma ou mais seqüências nela inseridas, conforme esquema: [seqüência X (seqüência Y) seqüência X]

2) Dominante seqüencial ( *mescla de seqüências* para Bronckart): há uma seqüência dominante construída com elementos típicos de uma seqüência dominada, de acordo com a representação seguinte: [seqüência X > seqüência Y]

Esses modos de combinação seqüencial não são homogêneos. Devido à própria heterogeneidade textual já mencionada, as seqüências de cada produção podem combinar-se de modos distintos, sendo um deles o predominante no plano geral do texto.

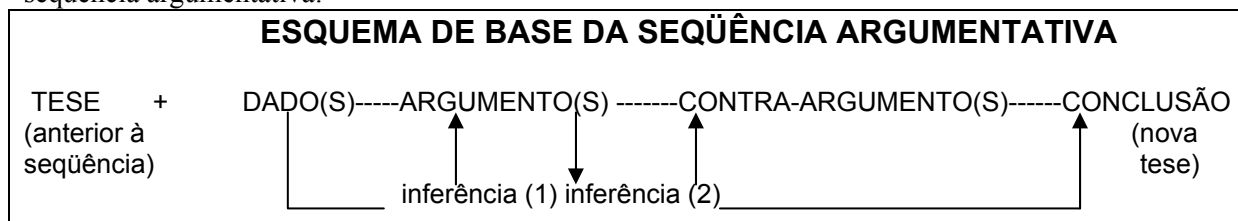
### 2.1. Seqüência argumentativa: caracterização

Ao tratar das seqüências argumentativas, Adam (op. cit.) ressalta que, assim como a descrição não pode ser confundida com as seqüências descritivas, a argumentação não pode ser confundida com as seqüências argumentativas, pois tanto a descrição quanto a argumentação são objetivos de linguagem. A argumentação está situada na dimensão pragmática do texto, conforme vimos anteriormente (*vide o ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO TEXTUAL*, p.2).

Adam inicia a discussão acerca das seqüências argumentativas a partir da argumentação. Para ele, a argumentação busca agir sobre as opiniões, atitudes ou comportamentos do interlocutor. Nesse sentido, sendo a argumentação um conteúdo presente na seqüência argumentativa, ela é um dos fatores que confere a dialogicidade a essa seqüência.

Seguindo Adam, Bronckart também parte da argumentação para daí comentar sobre as seqüências argumentativas. O autor apresenta, assim, um modelo cognitivo de argumentação. Esse modelo consiste na existência de uma *tese* sustentada por *dados* que conduzem a um conteúdo inferenciável apoiado por *suportes e restrições*, orientando para uma conclusão.

A partir desse modelo, e inspirados em Adam, propomos o seguinte esquema de base da seqüência argumentativa:



O esquema explicita que há uma tese anterior à produção da seqüência argumentativa. Essa tese é apoiada ou refutada por um dado que provoca uma ou mais inferências (confirmada/s ou não no texto) que orientam para o argumento. O argumento dá consistência à tese e pode também provocar inferências para o contra-argumento ou para a conclusão.

A seqüência argumentativa pode apresentar-se também de modo simplificado: apenas com o dado, o argumento e a conclusão; ou o argumento e a conclusão; ou ainda o dado e a conclusão. Além do mais, as fases da seqüência argumentativa nem sempre ocorrem na ordem explicitada, denominada por Adam de ordem *progressiva*. Em alguns casos, encontramos uma ordem *regressiva*; conclusão-argumento-dado; conclusão-argumento; conclusão-dado.

Dessa forma, percebemos que o esquema de base da seqüência argumentativa não é um sistema fechado, ele pode ser alterado. Isso não poderia ser diferente, face à complexidade que envolve não só cada gênero, como também cada texto em particular.

### 3. Artigo de opinião: do jornalismo à sala de aula

O artigo de opinião é um gênero pertencente ao domínio jornalístico, presente em seções de opinião de revistas e jornais impressos ou virtuais.

Melo (2003) traça uma classificação do que ele próprio denomina de “gêneros jornalísticos”. Essa classificação varia conforme as especificidades dos jornais e revistas de cada país. Assim é que o

AO é denominado em bibliografias estrangeiras ora como “artigo”, ora como “coluna”, “artigos curtos” ou “comentário”, pertencente à categoria “gênero opinativo”, “gênero interpretativo” ou “jornalismo de opinião”.

Buscando uma classificação pertinente com a realidade da imprensa brasileira, Melo agrupa os gêneros em categorias, segundo o objetivo (informar ou opinar). Esse agrupamento baseia-se no critério funcional de Beltrão (1980), que classifica os gêneros a partir de três objetivos: informar, explicitar e orientar. Nesse sentido, Melo destaca que os gêneros jornalísticos inserem-se em duas categorias:

- Informativa: evolução dos acontecimentos + relação que os jornalistas estabelecem entre os acontecimentos e seus protagonistas;
- Opinativa: os gêneros desta categoria são co-determinados pela instituição jornalística, de um lado há o autor que opina, de outro a *angulação* (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido às opiniões).

Além dessa categorização, o autor sublinha a existência de duas vertentes jornalísticas: a *reprodução do real* e a *leitura do real*. Os gêneros da primeira vertente relatam os acontecimentos, enquanto os da segunda articulam o relato dos acontecimentos com a leitura do real.

Por ser um gênero de natureza opinativa, o AO realiza uma leitura do real e situa-se na categoria do jornalismo opinativo.

Contudo, é importante lembrarmos que no contexto jornalístico o AO possui duas significações: os textos divulgados na imprensa ou uma matéria cujo autor desenvolve uma idéia a partir de sua opinião. É desse último que estamos aqui tratando.

Para Melo, o AO possui dois elementos específicos: atualidade e opinião. A opinião não é expressa necessariamente por um jornalista, ela pode advir de um colaborador ou convidado de renome (professor, pesquisador, político, profissional liberal). O autor possui liberdade e é o responsável pelo ponto de vista defendido, uma vez que esse ponto de vista independe da ideologia da revista ou jornal.

A característica central do AO é a argumentação, baseada “no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista” (Melo, *idem*, p. 123). A argumentação desenvolve-se em uma estrutura não-uniformizada. Beltrão (*op. cit.*) defende que o AO é estruturalmente semelhante ao editorial, contendo título, introdução, discussão/argumentação, conclusão.

Assim como Beltrão, Kaufman & Rodríguez (2000) reconhecem as semelhanças entre o AO e o editorial. É preciso cuidarmos em não confundir ambos os gêneros. Embora eles assemelhem-se quanto à estrutura composicional, a autoria do editorial é assumida pela equipe de redação ou pelo editor do meio comunicativo, o que aponta para funções distintas das do AO.

Sob uma perspectiva da teoria dos gêneros textuais e do sócio-interacionismo, o AO

“é um gênero do discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor.” (Bräkling, 200, p.26)

Ao estudar o AO no âmbito do ensino de produção escrita, Rodrigues (2000) ressalta as condições que envolvem o AO: o sujeito deve assumir discursivamente a posição de autor; ter em vista os possíveis leitores do seu texto; considerar o contexto institucional e social no qual está inserida sua produção escrita; eleger o assunto a ser tratado; posicionar-se diante do assunto e até das outras opiniões sobre o mesmo.

No contexto pedagógico, a produção do artigo de opinião torna-se relevante principalmente por propiciar a atuação social (e real!) do aluno-produtor como sujeito que assume, acrescenta ou se contrapõe aos discursos circulados em seu meio. Bonini (2005) considera o ensino dos gêneros jornalísticos como relevante para as práticas sociais e desenvolvimento de habilidades importantes da linguagem. Também Rodrigues (2000) reconhece a importância do ensino de gêneros textuais jornalísticos, pois, como objetos de aprendizagem, eles “marcam o reconhecimento da força político-

ideológica que essa instituição [o jornal] exerce na conjuntura social atual” (p.213). A autora argumenta ainda que

“a entrada dos diferentes gêneros jornalísticos na escola como objetos de ensino/aprendizagem encontra seu respaldo na necessidade de compreensão e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística, criando condições para que os alunos construam os conhecimentos lingüístico-discursivos requeridos para a compreensão desses gêneros, caminho para o exercício da cidadania, que passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos.” (p.214)

Em relação à tipologia, o AO pode constituir-se como um gênero heterogêneo, pois em seu interior podemos encontrar gêneros como o relato, que geralmente funciona como um dado ou recurso para a argumentação. Nesse sentido, dado seu objetivo e funcionalidade, o artigo de opinião apresenta seqüências predominantemente argumentativas. Encaixadas a esse tipo de seqüências, podemos encontrar outras que lhe servem como ancoragem enunciativa, em especial as seqüências expositivas, presentes no relato, por exemplo.

As seqüências argumentativas no artigo de opinião sugerem um movimento que provoca na infra-estrutura textual a veiculação de discursos que utilizam os dados e os argumentos como recursos para o efeito de convencimento do leitor. Nesse caso, em torno de tais seqüências giram as demais, que frequentemente mantêm com elas uma relação lingüístico-discursiva direta.

### III. Metodologia

O corpus deste trabalho está dividido em três tipos de produções (TIPO A, B e C), após uma observação inicial da correspondência ou não-correspondência aos critérios de produção detalhados a partir da proposta de elaboração do gênero. O quadro a seguir explicita a divisão do texto em tipos e os critérios para tal divisão:

Produções	1.Abordagem temática		2. Adequação ao gênero				3.Adequação ao estilo		Quantidade de produções
	Ausência	Presença	2.1.Presença da sequência argumentativa			2.2. Adequação à função sócio-comunicativa	3.1.Linguagem formal/jornalística	3.2.Subjetividade do autor	
			a.Presença da tese	b.Argumentos que sustentam a tese	c.Estrutura composicional				
TIPO A	Ø	+	+	+	+	+	Ø	+	5
TIPO B	Ø	+	+	Ø	Ø	+	Ø	Ø	9
TIPO C	Ø	+	+	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	13
Total das produções	0	27	27	14	7	14	8	15	27

O quadro demonstra que as 27 produções que compõem o corpus correspondem ao tema proposto. Mais duas produções foram coletadas, mas, não corresponderem ao tema, não serão inseridas na análise, pois há, nesses casos, uma fuga total à proposta de produção. Além do mais, a fuga ao tema em alguns vestibulares (pelo menos o da UFCG e o da UEPB) implica na anulação da prova de produção textual e até mesmo na eliminação do candidato do concurso.

Quanto ao gênero, os critérios situam-se em dois níveis de adequação: um formal e outro funcional: **presença de seqüência argumentativa e adequação à função sócio-comunicativa**. No nível formal, temos primeiramente a **presença da tese**, que ocorre em todos os TIPOS, pois a tese é um elemento básico do AO, além de ser lingüisticamente expressa em seqüências argumentativas, conteúdo central de nosso estudo. Temos também a **presença de dados ou argumentos que sustentam a tese**, ambos elementos constitutivos da seqüência argumentativa. Por esses elementos apresentarem-se em um grupo restrito de produções, sua presença é obrigatória apenas no TIPO A. Da mesma forma ocorre com a **estrutura composicional** do gênero, que depende da presença de dados ou argumentos que sustentam a tese e da adequação à função sócio-comunicativa.

Os TIPOS A e B correspondem à **função sócio-comunicativa** do AO, a qual está relacionada com o objetivo de produção e subordinada ao funcionamento do Gênero. Já as produções do TIPO C não atendem ao objetivo de produção e, portanto, não correspondem à função sócio-comunicativa do AO.

No concernente à **adequação ao estilo** temos dois critérios: a **linguagem formal/ adequada ao contexto jornalístico** e **marca lingüística da subjetividade do autor**. Devido à raridade no corpus do trabalho, o primeiro critério não é obrigatório em nenhum dos tipos, pois, até mesmo no TIPO A, apenas duas produções correspondem a esse critério. O mesmo não ocorre com a **marca lingüística da subjetividade do autor**, obrigatória no TIPO A porque faz parte da caracterização do gênero AO, além de marcar lingüística a argumentação. Nos TIPOS A, B e C, essa manifestação ocorre apenas em algumas produções isoladamente.

Dentre os critérios acima comentados, destacamos a **presença da seqüência argumentativa** para a caracterização dos dados de análise, uma vez que, conforme afirmamos anteriormente, nosso trabalho está centrado nas seqüências argumentativas. Como sabemos, todos os TIPOS apresentam a tese, contudo, só os textos do TIPO A, pouco mais da metade das produções do TIPO C apresentam dados ou argumentos que sustentam a tese. Por sua vez, a estrutura composicional do AO está presente nas produções do TIPO A e em dois textos do TIPO B. Face a essas constatações, percebemos que a organização seqüencial dos textos dá-se de forma distinta até mesmo no interior de cada tipo.

Nesse sentido, as produções textuais que compõem o corpus de análise estão classificadas em categorias elaboradas a partir da comparação entre a organização seqüencial previamente identificada nos textos e dos pressupostos de combinação seqüencial apresentados por Adam (op. cit.) e retomados por Bronckart (op. cit.). As categorias de análise são:

- 1) **Encaixamento hierárquico com predominância de seqüências argumentativas**
- 2) **Encaixamento hierárquico com predominância de seqüências expositivas**
- 3) **Mescla de seqüências**
- 4) **Blocos de seqüências:** esta categoria foi elaborada por nós, advinda de uma constatação de que algumas produções apresentam em sua tipologia seqüências que se justapõem e não mantêm relação discursiva entre si, gerando a visualização em blocos.

Através da categorização acima, esperamos refletir acerca da correspondência ao critério de **adequação à função sócio-comunicativa** do AO nos TIPOS A, B e C.

#### IV. Análise dos dados

No interior de cada um dos TIPOS nos quais estão inseridas as produções, as seqüências textuais combinam-se de diferentes formas. Mesmo assim, há semelhanças que permitem o encaixamento de cada grupo de produções em um determinado tipo.

O quadro a seguir explicita como se dá a combinação seqüencial em cada um dos TIPOS:

MODOS DE COMBINAÇÃO SEQÜENCIAL DAS PRODUÇÕES					
Produções	Encaixamento hierárquico com predominância de seqüências argumentativas	Encaixamento hierárquico com predominância de seqüências expositivas	Mescla de seqüências	Blocos de seqüências	Quantidade de produções
TIPO A	4	-	1	-	5
TIPO B	5	-	1	3	9
TIPO C	4	2	6	1	13
Total de produções	13	2	8	4	27

Vemos que no TIPO A praticamente em todas as produções ocorre o encaixamento hierárquico com predominância de seqüências argumentativas. As seqüências argumentativas apresentam em sua constituição dados e/ou argumentos que sustentam a tese. Há também nessas



produções seqüências expositivas e descritivas ancoradas às seqüências argumentativas. Disso decorre a adequação à estrutura composicional do gênero.

Vejamos o exemplo abaixo:

“Qual o poder da mídia?

Qual a reação da mídia diante da corrupção política que atinge o país?

O papel da mídia, em qualquer notícia é informa claramente e verdadeiramente ao ouvinte ou telespectador os fatos que ocorre durante uma reportagem ou investigação.

Pena que nem todos os profissionais na área da informação, mostrem realmente o que acontece, principalmente quando se trata de corrupção política. Isso porque este “profissionais” tem ligações políticas com pessoas ou partidos, e essas notícias ou informação acabariam prejudicando-os.

Por isso nós ouvinte, telespectadores e leitores não podemos acreditar cegamente em tudo que lemos ou ouvimos, pois, quem garante que é realmente a verdade?

O poder da mídia no Brasil e no mundo é muito grande, tanto para levantar uma pessoa ou um partido, como para derubar.”

Matheus Henrique

No exemplo acima, há uma seqüência injuntiva que apresenta o conteúdo temático da produção. No segundo parágrafo, há uma seqüência expositiva que serve como ponto de partida para o desenvolvimento da tese. Essa seqüência é construída com elementos típicos da seqüência argumentativa (“claramente” e “verdadeiramente”, isto é, há, nesse parágrafo, uma mescla de seqüências.

A partir da seqüência expositiva, desenvolve-se uma seqüência argumentativa, configurada no esquema argumento-dados-conclusão. Segue-se a essa seqüência outra seqüência argumentativa, desenvolvida a partir da seqüência anterior. Depois, temos a conclusão do texto construída em uma seqüência argumentativa que resume a tese defendida no texto (a mídia não mostra a realidade da corrupção na política).

Dessa forma, percebemos nessa produção a adequação à função sócio-comunicativa do gênero AO, pois o produtor apresenta um ponto de vista, argumentando sobre o mesmo e dirigindo-se ao leitor (tendo em vista a interrogação presente no primeiro parágrafo).

Assim como nas produções do TIPO A, também nas produções no TIPO B a combinação se dá principalmente por encaixamento hierárquico com predominância de seqüências argumentativas. Contudo, há uma distinção: nas produções do TIPO B, mesmo com a presença de dados e/ou argumentos que sustentam a tese, nem sempre há adequação à estrutura composicional do gênero, muitas vezes por a tese não ser esmiuçada no texto.

Há também nas produções do TIPO B a combinação por blocos de seqüências, com a divisão do conteúdo temático das produções em dois momentos ou com a apresentação de um conjunto de seqüências expositivas e descritivas e posterior apresentação de um conjunto de seqüências argumentativas. Em ambos os casos do TIPO B há adequação à função sócio-comunicativa, pois há exposição de opinião em vista e um destinatário.

Nas produções do TIPO C, ocorre em sua maior parte mescla de seqüências. Nessas produções, essa combinação consiste na construção de seqüências expositivas com elementos típicos das seqüências argumentativas. Nesse sentido, o produtor busca desenvolver seu ponto de vista, mas não o consegue, e acaba por produzir um texto com mais seqüências descritivas e expositivas do que argumentativas, conforme abaixo:

“A mídia a frente de tudo

A crise está cada vez maior, o buraco não se fecha mais. A mídia nos surpreende novamente, dessa vez expondo as nossos olhos uma realidade suja, de que a corrupção mais uma vez rouba a sena. Apesar de estarmos acostumados com esse exibição que sempre vem se renovando, a Mídia sempre nos coloca frente com um fato novo sobre a crise que o país está sofrendo. Com isso tem sempre um acontecimento inédito para discutir. No entanto trazendo uma realidade pura, e dura de que o Brasil e um país de corruptos e já estamos acostumados a esse clima de

corrupção. Diante disso, ela é um aparato importante pra tudo fazendo com que se torne público essa clise absurda que viemos sofrendo.”

Márcia Maria de Araújo Silva

A análise dos dados permite-nos observar que o modo de combinação sequencial influencia na adequação à função sócio-comunicativa do AO. A adequação pode dar-se sob modos de combinação diferentes, ou seja, não há um modo de combinação específico para o AO, mas o importante é que as sequências argumentativas sejam centrais e constituídas por dados e argumentos capazes de tornar a opinião consistente e de configurar a estrutura composicional do AO.

## Referências

- ADAM, Jean –Michel. *Les textes: types e prototypes*. Paris: Nathan, 1993.
- \_\_\_\_\_. Types de textes ou genres de discours? *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999. pp.81-100.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1929]. pp.261-269.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre Sulina, 1980.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI et alli.(orgs.) *Gêneros textuais: Reflexões e Ensino*. Palmas, TO / União da Vitória: Kayganguê, 2005. pp.61-77.
- \_\_\_\_\_. O Gênero textual com enfoque observável: enfoque extramental. In: *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002. pp.56-64.
- BRÄKLING, K. L.. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Coleção “As faces da Linguística Aplicada”. São Paulo: EDUC / Campinas: Mercado de Letras, 2000. pp.221-247.
- BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem: textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M. & SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO & CORDEIRO (trad. e org.) *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- KAUFMAN, Ana Maria & RODRÍGUEZ, Maria Helena. O artigo de opinião. In: *Escola. Leitura e Produção de Textos*. Tradução de Inajara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. pp.95-128.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO et alli. (orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. pp.19-36.
- \_\_\_\_\_. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife: UFPE, 2000 (inédito).
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- RODRIGUES, R. H. O artigo jornalístico e o ensino de produção escrita. In: ROJO (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Coleção “As faces da Linguística Aplicada”. São Paulo: EDUC / Campinas: Mercado de Letras, 2000. pp.207-220.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: ROJO & CORDEIRO (trad. e org.) *Gêneros orais e escritos na escola*. de S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. pp.21-39.